

A utilização da sociografia da prática dominical como variável para o estudo da eclesialidade: Uma reflexão metodológica

1. Introdução

a. Objecto de estudo

Tendo participado de forma muito próxima na recolha e tratamento da informação obtida no II Recenseamento da Prática Dominical realizado em 1991, cujos resultados foram recentemente divulgados e publicados ¹, julgo que, para além de uma reflexão atenta e sistemática sobre os dados, poderá ser interessante dar alguma atenção a questões metodológicas próprias de um processo deste tipo, bem como ao relevo que o estudo da prática dominical pode ter para que melhor se conheça e compreenda a eclesialidade dos portugueses. É este o objectivo deste texto.

Para tanto tem-se como base a ideia de que a prática dominical é uma das vertentes da praxis religiosa cristã com alguma visibilidade sociológica. Em «Religión y sociedad en la España de los 90» Blasco e Anleo fazem questão em salientar que a sociologia se preocupa com a dimensão externa e visível da religião, se bem que também se

¹ O II Recenseamento da Prática Dominical foi realizado por iniciativa da Conferência Episcopal Portuguesa em todas as missas celebradas nos dias 9 e 10 de Março de 1991. Os resultados deste recenseamento foram divulgados em conferência de imprensa de 22 de Fevereiro de 1994, promovida pela Conferência Episcopal Portuguesa, e ainda na revista *Communio* (vd. ANTUNES, Manuel L. Marinho — *Resultados preliminares do recenseamento da prática dominical de 1991*. *Communio*. 1994, 11) e na revista *Lumen*, do Secretariado da Conferência Episcopal Portuguesa, de Março de 1994.

ocupe com o que é religioso, sagrado e profano². O objecto de estudo deste trabalho encontra-se no domínio daquilo que do comportamento religioso é visível e mesmo mensurável, usando para tanto uma perspectiva sociológica.

Toma-se como ponto de partida para este trabalho a ideia de que a prática dominical, como elemento importante para o conhecimento do fenómeno religioso, deve ser entendida como apenas um dos indicadores operativos. Matthes chama a atenção para isto mesmo ao dizer que «los intentos de encontrar indicadores precisos para religión implican casi siempre la prevención de la imposibilidad de expresar totalmente con estos procedimientos la *esencia* de la religión»³. Ou seja, a defesa do uso da *prática dominical* para o estudo da eclesialidade deve ser entendida de uma forma relativa, sem lhe dar mais importância do que a que merece como indicador significativo.

b. Metodologia

Os conceitos-chave utilizados são os de *eclesialidade* e de *prática dominical* que se procurará definir. Para tanto, é necessária a operacionalização do conceito de religiosidade, que se entende como estando, neste trabalho, a montante do conceito de eclesialidade. De uma forma geral, a maior parte dos autores não diferencia os conceitos de religiosidade e de eclesialidade. Torna-se, porém, interessante a distinção entre a religiosidade vivida no seio de organizações religiosas (eclesialidade) — com todas as consequências para a vida dos membros que tal facto comporta — da religiosidade vivida fora de contextos organizacionais. Para este trabalho, o conceito de eclesialidade é claramente o conceito-chave. No entanto, em parte das citações feitas aparece o conceito de «religiosidade» com o mesmo conteúdo do de «eclesialidade». Far-se-á a devida adaptação ao conceito-chave nos comentários subsequentes. Por outro lado, o conceito de praxis religiosa está a montante do segundo conceito-chave: o de prática dominical. A articulação entre estes diferentes

² BLASCO, Pedro; ANLEO, Juan G. — *Religión y sociedad en la España de los 90*. Madrid: Fundación Santa María, 1992.

³ MATTHES, Joachim — *Introducción a la sociología de la religión. II: Iglesia y sociedad*. Madrid: Alianza Universidad, 1971, p. 75.

conteúdos é que permitirá conduzir à conclusão a que este trabalho se propõe chegar e que se prende com a validade do uso da variável «prática dominical» para o conhecimento da eclesialidade.

Uma vez discutida esta problemática, dá-se um contributo, com base em experiências efectuadas em Portugal e noutros países europeus, para a reflexão acerca das metodologias seguidas e a seguir no futuro para o estudo da prática dominical. Procura-se, igualmente, uma reflexão sobre o significado pastoral dos resultados dos referidos estudos para a Igreja em Portugal.

2. Religiosidade - Eclesialidade

«La religiosidad abarca todas las manifestaciones públicas de comportamiento religioso»⁴. Assim definiu Argyle, em artigo de enciclopédia, o âmbito da religiosidade. A religiosidade abrange toda a manifestação interior ou exterior de relacionamento do homem com a divindade, podendo ser considerada como um complexo de crenças, ritos e normas morais, mundividência⁵, que permitem à pessoa uma atitude vital de relacionamento com a divindade. Sendo o fenómeno da religiosidade multifacetado e complexo pode ser abordado segundo várias ópticas. As grelhas de leitura do fenómeno religioso podem posicionar-se no domínio da teologia, da psicologia, da sociologia, entre outras áreas do conhecimento. Neste trabalho, a abordagem do fenómeno religioso situa-se na perspectiva sociológica.

Associado ao conceito de religiosidade aparece o de eclesialidade, que aqui se entende como sendo a expressão da pertença a uma organização religiosa, a uma igreja. Pode-se dizer que o conceito de eclesialidade se prende com a vivência religiosa integrada numa instituição, numa comunidade de indivíduos com uma mesma matriz religiosa. Na sua obra «Introducción a la sociología de la religión» Matthes cita Luckmann sobre o que entende por eclesialidade. Este último considera eclesialidade «la totalidad de

⁴ ARGYLE, Michael — *Religiosidad*. In *ENCICLOPEDIA Internacional de las Ciencias Sociales*. Vol. 9. Madrid: Aguilar, 1976, p. 239.

⁵ SILVA, Augusto da — *Prática religiosa dos católicos portugueses*. Economia e Sociologia. 1976 (25-26).

los modos de conducta religioso-individual que están condicionados, delimitados y configurados por sistemas verbales, simbólicos, de actitud y de acción socialmente preformados e institucionalizados»⁶. O conceito de eclesialidade aparece, assim, como expressão da vida institucional e das relações dos membros dessa instituição quer entre si, quer com a instituição, quer com o fundamento religioso e primeiro da instituição: a divindade. É um conceito que tem apenas validade em vivências religiosas enquadradas num sistema sócio-religioso complexo, em que a instituição passa a ter vida e funções próprias, para além do seu papel de intermediária na relação com Deus.

A eclesialidade tem, assim, duas vertentes fundamentais: psicológica e sociológica. A primeira prende-se com os fenómenos individuais de pertença à igreja. A vertente sociológica prende-se com os fenómenos sociais de adesão e de pertença à instituição. Está forçosamente ligada à obediência às regras próprias de cada instituição religiosa.

«(...) la eclesialidad no es un indicador fundamental de la religión solo porque admite calculos exactos, sino también, ya precisamente, porque se supone que la eclesialidad es la forma que la religión admite o puede admitir, exclusiva o preferentemente, en la sociedad moderna»⁷.

O estudo da eclesialidade pode, assim, conduzir ao conhecimento da religiosidade expressa pelos membros de uma organização religiosa complexa, que exige dos seus agentes determinados comportamentos que, em certa medida, são manifestações visíveis da vivência religiosa. No estudo da eclesialidade podem ser abordadas temáticas tão diversas como o conhecimento que os membros têm da doutrina da igreja, a forma como cumprem as instruções da instituição (quer em termos morais quer em termos de prática religiosa), o surgimento de comunidades de vivência religiosa, as regras de relacionamento institucional, etc.

⁶MATTHES — *Introducción*, p. 85.

⁷*Ibidem*, p. 75.

3. Praxis religiosa - Prática dominical

A complexidade e vastidão dos conceitos de religiosidade e eclesialidade tornam difícil o seu estudo, sendo inúmeros os elementos que os constituem. Daí que venha sendo usado com maior frequência a dimensão ritual e a praxis, como indicadores da religiosidade. E se isto mesmo é verdade no que toca à religiosidade, por maioria de razão é justo afirmar que uma das vertentes de estudo da eclesialidade como fenómeno sociológico⁸ é a das práticas que os membros da igreja desempenham, ou em que participam.

De uma forma geral é assumido que a face visível da religiosidade se baseia prioritariamente na praxis. A prática religiosa traduz-se em comportamentos exteriores analisáveis e quantificáveis, o que tem levado a que se tenham vindo a desenvolver diversos estudos a este propósito, como se verá adiante. Matthes salienta que no estudo da praxis religiosa «el interés se centra en lo que los hombres hacen, no en lo que hechos significan para ellos»⁹, o que permite uma maior objectividade no estudo deste fenómeno, bem como uma abordagem tipicamente sociológica. Na verdade, se o estudo da praxis religiosa possibilita a abordagem de factos sociais, estamos no domínio específico e primordial da análise sociológica, sem que deixem de ser considerados para a compreensão global do fenómeno, abordagens de teor diferente. Fica reforçada, isso sim, a possibilidade de o referido fenómeno ter uma abordagem com preocupações de objectividade e de caracterização sociológica.

O sociólogo alemão que tem vindo a ser citado, Matthes, refere que para o estudo da «dimensión ritual da religiosidad (...) se han aplicado como indicadores de la misma (...) la adscripción a una iglesia y la frecuencia de la participación en la vida eclesial»¹⁰, o que, segundo o conceito-chave deste trabalho, permite dizer que os indicadores da dimensão ritual da religiosidade se situam no domínio da prática eclesial.

⁸A este propósito Danièle HERVIEU-LÉGIER, na sua obra *Vers un nouveau christianisme?*, recorda que a prática religiosa mais do que um facto individual é um facto social, o que vem corroborar a abordagem sociológica da prática religiosa que é um dos elementos constituintes do grande e complexo fenómeno social e individual que é a religiosidade.

⁹MATTHES — *Introducción*, p. 177.

¹⁰*Ibidem*.

Os indicadores apontados por Matthes são, porém, ainda muito genéricos e pouco operativos para serem facilmente estudados. Na verdade, o estudo da pertença a uma igreja e a frequência da participação na vida eclesial podem socorrer-se de vários indicadores operativos, que deverão ser relativizados, dada a sua visão parcial da questão. São, no entanto, os indicadores trabalháveis, constituindo a já referida face visível da religião. No âmbito da Igreja Católica podem ser dados como exemplos o grau de conhecimento da doutrina católica, a assunção dos comportamentos propostos pela Igreja, a frequência dos sacramentos (sendo mais comumente usados os indicadores referentes ao baptismo, ao casamento, à missa), etc.

Para este trabalho, o indicador-operativo é o da missa. A missa é uma das práticas religiosas da Igreja Católica que, sendo o acto de culto comunitário extra familiar mais comum para a quase totalidade dos católicos¹¹, tem uma razoável visibilidade e interesse sociológico.

Boulard, que foi um dos autores pioneiros no estudo da prática religiosa e da frequência da missa como indicador da eclesialidade, refere numa das suas obras clássicas:

«C'est évident: la pratique religieuse n'est pas la vitalité chrétienne. C'est cependant un signe dont il ne faut pas sous-estimer l'importance, car ce signe étant canoniquement déterminé et gravement obligatoire, on n'est pas vraiment et complètement chrétien sans être pratiquant»¹².

Na verdade, a legitimidade do uso do indicador missa para o estudo e compreensão da eclesialidade assenta no seu valor teológico-pastoral único, já que é entendida como estando no centro de toda a vida da Igreja, tendo originado a sua consagração formal e jurídica como preceito. O cânone número 1247 do Código de Direito Canónico diz expressamente: «No domingo e outros dias festivos de preceito os fiéis têm obrigação de participar na Missa (...)»¹³.

¹¹ ANTUNES, M. L. Marinho — *Prática religiosa*. Lisboa: Patriarcado de Lisboa, 1984.

¹² BOULARD, Fernand — *Prémiers itinéraires en sociologie religieuse*. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1954, p. 54.

¹³ *CÓDIGO de Direito Canónico*. Braga: Edições Theologica, 1984.

Dada a perspectiva sociológica em que este trabalho se posiciona designa-se a missa por «prática dominical». Assim, o seu estudo pode abordar a ritologia, o empenho espiritual dos seus agentes, a homiliética (estudo das homilias), o tipo de praticantes (designação geralmente usada para se referir aos católicos que frequentam a missa), etc.

Considera-se que a frequência da missa é um bom indicador para o estudo do grau de integração dos católicos na vida eclesial¹⁴. Um dos critérios de valor utilizados para o estudo da prática dominical consiste na abordagem sociográfica dos praticantes. Este critério não permite conhecer toda a realidade do fenómeno da prática dominical, mas possibilita um conhecimento importante do fenómeno.

Duocastella justifica o interesse desta abordagem referindo que a prática dominical

«por cuanto su calidad de acto repetido y permanente exige, de quienes supeditan al mismo, una actitud concreta que les define en el medio social en que viven, con todas las consecuencias morales y todas las responsabilidades consiguientes, en relacion a los restantes actos de su vida»¹⁵.

4. Algumas experiências

Alguns dos autores fundamentais da sociologia religiosa francesa dedicaram-se ao estudo da prática dominical a partir dos anos 40. Boulard e Le Bras, por exemplo, elaboraram a carta religiosa da França rural, relacionando a quantificação da prática dominical com o contexto sócio-cultural. Nessa época, a técnica mais utilizada era a de inquérito por recenseamento. Actualmente opta-se claramente por estudos por amostragem, quer de opinião, quer sociográficos¹⁶.

¹⁴ ANTUNES — *Prática*.

¹⁵ DUOCASTELLA, Rogelio — *Mataró 55: Estudio de sociologia religiosa sobre una ciudad industrial española*. Barcelona: Centro de Estudios de Sociologia Aplicada, 1961.

¹⁶ A título de exemplo veja-se MICHELAT, Guy (et al.) — *Les français sont-ils encore catholiques?* Paris: Cerf, 1991.

É indicada bibliografia vária de estudos neste âmbito na já citada obra de D. HERVIEU-LÉGER.

Em Espanha ficou clássico o estudo de Duocastella sobre a prática dominical e religiosa dos habitantes de uma cidade espanhola em processo de industrialização.

Na Alemanha, Bélgica Holanda e Canadá também têm sido realizados estudos monográficos sobre a prática dominical.

Em Portugal, o grande impulsionador dos estudos da prática dominical foi o actual Bispo de Beja, D. Manuel Falcão, que desde os anos 50 tem chamado a atenção para o interesse deste tipo de investigação. Foi ele o grande impulsionador do I Recenseamento da Prática Dominical, realizado em Fevereiro de 1977 e que teve por objectivo registar todas as pessoas que, num domingo escolhido, foram à missa em Portugal e classificá-las por sexo, idade e prática de comunhão. A propósito deste recenseamento foram publicados dois trabalhos de vulto nomeadamente do Prof. Augusto da Silva¹⁷ e do Dr. Luís de França¹⁸. Em Março de 1991 realizou-se o II Recenseamento da Prática Dominical que teve praticamente os mesmos objectivos do anterior, com a diferença de que não registou o número de comunhões, mas antes o número de pessoas que manifestaram a opção por comungar (esta diferença baseia-se sobretudo em questões operacionais, na medida em que, se no I Recenseamento foram contadas as pessoas no momento da comunhão, no II Recenseamento era pedido a cada praticante que no próprio boletim de recenseamento — respondido, na maioria das vezes, no momento da homilia — indicasse se iria ou não comungar).

Além destes dois processos de recenseamento efectuados à escala nacional têm sido realizados alguns estudos locais, sobretudo ao nível de dioceses e paróquias.

5. Visão crítica e Conclusão

Retomando a definição de eclesialidade dada anteriormente, de se reportar à expressão da vida institucional e das relações dos membros dessa instituição quer entre si, quer com aquela, quer com a divindade, os estudos da prática dominical permitem conhecer

¹⁷ SILVA — *Prática religiosa*.

¹⁸ FRANÇA, Luís de — *Comportamento religioso da população portuguesa*. [S.l.: IED, 1981.

uma das dimensões do fenómeno da eclesialidade. Na verdade, na medida em que permite uma caracterização dos membros da Igreja que frequentam o principal acto de culto comunitário, com carácter obrigatório na Igreja Católica, o estudo da prática dominical revela uma parte da adesão à instituição eclesial. Por ter visibilidade sociológica e por ser facilmente mensurável tem sido um indicador da forma de vivência religiosa dentro de uma instituição eclesial. Trata-se, porém, de uma visão parcelar e que não explica a totalidade do fenómeno da prática religiosa e muito menos a do fenómeno religioso.

E é assim mesmo que os resultados dos Recenseamentos da Prática Dominical levados a cabo em Portugal devem ser entendidos: como meios necessários para o conhecimento, ainda que parcelar, de uma dimensão importante da eclesialidade. Os resultados destes recenseamentos permitem uma caracterização sociográfica dos praticantes da Igreja Católica em Portugal, ou seja, permitem aos agentes da pastoral e a quantos queiram fazer uma reflexão atenta e séria sobre a vida da Igreja em Portugal um conhecimento sobre as pessoas que vão à missa. Os recenseamentos são meios e não fins em si: servem como instrumentos de trabalho e não como ajuizadores e censores da pastoral levada a cabo.

É importante é que os resultados de cada um dos recenseamentos e a comparação entre si leve a uma ampla discussão em cada paróquia, em cada vigararia, em cada diocese, de forma a que, com humildade e sabedoria, se enfrentem os problemas e os desafios colocados pelos números.

Julgo que valeria a pena fazer uma breve reflexão sobre o processo usado para a obtenção dos dados sobre os praticantes em Portugal, através da técnica do recenseamento. Esta técnica implica, por definição, que seja inquirida toda uma população (neste caso todos quantos foram à missa) num mesmo momento censitário. O facto de se pretender abranger toda uma população leva a que seja sacrificada a profundidade e a abrangência da informação recolhida. Na verdade, apenas se pretendeu saber o sexo, a idade e a opção pela comunhão dos praticantes, por ser inviável a recolha de informação mais detalhada à escala nacional. Parece-me que, seguindo o exemplo de outros países, nomeadamente de França que

tem sido pioneira neste tipo de investigação, haveria maior interesse em, numa próxima oportunidade, optar por completar ou substituir a técnica de recenseamento pela de inquérito por amostragem que, embora também tivesse por base toda a população portuguesa praticante, teria objectivos mais ambiciosos no que toca ao tipo de informação a recolher. As técnicas de amostragem permitem com bastante rigor extrapolar da amostra para o universo da população (dos praticantes, no caso) os resultados obtidos. Com este processo de recolha de informação junto de uma amostra da população em estudo poder-se-ia aprofundar o conhecimento sobre os praticantes em Portugal: motivações, graus de empenhamento, posicionamento face a questões morais fundamentais, etc.

Após o desenvolvimento operacional do processo coloca-se a questão do aproveitamento das informações recolhidas. Em primeiro lugar, num inquérito (quer pela técnica do recenseamento quer pela da amostragem) é importante perceber o que significam os resultados. Não são meros números que dão a vitória a este ou àquele; não se trata, no caso dos recenseamentos feitos à Igreja em Portugal, de saber quais as dioceses que tiveram maior ou menor número de praticantes, ou as que tiveram maior aumento ou quebra. Os resultados devem ser lidos como retratos mais ou menos fiéis da realidade (não importa se mais décima menos décima) e, sobretudo, como revelando tendências e grandes linhas de caracterização de uma população (dos praticantes no caso). Devem ser entendidos como impulsionadores e motivadores de uma reflexão cuidada e sistemática acerca das realidades locais e diocesanas; devem ser percebidos como meios auxiliares ao desenvolvimento de planos de actuação pastoral.

MARIA LOPES CARDOSO

Roma-Portugal: impressões de um País

O que os outros pensam de nós como povo nem sempre será justo, mas terá incontestável interesse, quando isso significa um juízo com reflexos no concerto das nações, quer nos aspectos positivos quer nos negativos. No que se refere à história plurisecular de Portugal nas suas relações com a Santa Sé, isso assume particular relevância, por um lado pela qualidade dos intervenientes, por outro pelos laços profundos que sempre ligaram Roma e Lisboa.

Nos sécs. XVI e XVII, dois períodos fortemente contrastantes em que Portugal se viu passar de potência mundial para um estado sob a dominação espanhola, a ideia de Portugal que se fazia em Roma assume uma particular relevância, e disso se fazem eco vários documentos do Arquivo e da Biblioteca do Vaticano. Os exemplos que se seguem pretendem mostrar isso mesmo, sem que o alto conceito em que Portugal era tido servisse para ocultar alguns «pontos fracos».

Entre esses casos apresentamos aqui três: um, proveniente de um cronista de viagem (1571-72)¹; outro, ligado a Instruções emanadas ao Colector em Lisboa, Mons. Albergati (depois de 1617)²; e o terceiro, constando de um relato sobre as condições político-religiosas em Portugal e Colónias (1668)³.

¹ BAV, *Barb. lat. 5250*: «Del viaggio del Sr. Card. Alessandrino Legato alli Serenissimi Re di Francia, Spagna et Portogallo Lib. 2» (f. 1-93); ASV, *Fondo Pio 117*, f. 292-373.

² BAV, *Barb. lat. 5649*, f. 171 (Quadro de Portugal).

³ ASV, *Bolognetti 99*: «Stato del Regno di Portogallo e interessi di quella Corte con la S.ta Sede rappresentato alla Segreteria di Stato dal Ministro Apostolico l'anno 1668» (f. 2-78).